

# Editorial

Neste número, elegemos mais um tema inadiável para a nossa reflexão – *Educação ao longo da vida*, que teve como editores convidados Ricardo Pocinho e Pedro Belo, investigadores do grupo INTERTECH, de Valência. Se bem que o envelhecimento seja um facto ao qual não podemos fugir, é, no entanto, possível e desejável interferir no processo de envelhecimento. Não envelhecemos nem valorizamos o envelhecimento todos da mesma maneira. Aqui também se aplica o princípio do bem-estar e da justiça social para todos. Apesar de ser um processo complexo no qual intervêm múltiplas variáveis que expressam também aqui muitas desigualdades sociais, uma delas está relacionada com a percepção-atitude que temos e alimentamos sobre o processo de envelhecimento. Precisamos mudar o paradigma que nos tem dominado e que faz com que o processo de envelhecimento seja acompanhado de um correspondente processo de inutilidade e desvalorização social. O envelhecimento está associado a uma avaliação negativa - ser novo é bom e desejável, ao contrário de ser velho, que é mau e indesejável. O envelhecimento não é só um dado biológico, é também construído socialmente. Precisamos de decisões políticas que dêem enquadramento a este processo, mas é também fundamental o *empowerment* para se lidar com todo este processo. Quer dizer, capacitar indivíduos e comunidades com mais poder para combaterem os factores que afectam negativamente o processo de envelhecimento. Para isso o conhecimento educativo é uma peça imprescindível para mudar a percepção-atitude e afirmar um conceito positivo de envelhecimento. Precisamos discutir e reflectir sobre a construção social do envelhecimento e qual o papel da educação na promoção do bem-estar no processo de envelhecimento. Esse é o contributo que queremos fazer com este dossier.

A revista abre com o artigo de Guy Neave, *Evaluative State, Nation State: A Last Hurrah?*. O autor faz uma abordagem baseada numa perspetiva histórica e política para a análise da ascensão do Estado Avaliador no seu contexto europeu. Neste artigo, Neave descreve-nos, desde as suas origens (finais do século passado), quatro versões do Estado Avaliador. Apresenta-nos três sistemas pioneiros dando um enfoque especial ao que se passou em França, Reino Unido e Holanda, e, mais tarde, em Portugal, e defendendo que a atual dinâmica do Estado Avaliador constitui um passo importante na história das políticas do ensino superior.

No segundo artigo, *Schools without measurements: towards a pedagogy of recognition*, José Beltrán Llavador vem alertar-nos para um facto importante. Desde que a OCDE pôs em marcha o Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA), em 2000, o rendimento académico assumiu uma importância vital. A aplicação de critérios de *accountability* no sistema educativo oculta a sua crescente desregulação. O autor chama a nossa atenção para a necessidade de se repensar a educação em termos de justiça social. Do seu trabalho surge a necessidade de se fazer uma reinterpretção crítica da escola, tendo como pano de fundo a política educativa e a reconstrução da cidadania.

Em *Education for critical thinking in the Portuguese higher education: a systematic review of educational practices*, Gonçalo Cruz, Rita Payan-Carreira e Caroline Dominique analisaram 27 estudos empíricos para compreenderem de que modo os docentes portugueses do Ensino Superior têm desenvolvido, de forma contínua, explícita e eficaz, competências e disposições de Pensamento Crítico nos seus alunos. Face aos resultados a que chegaram, os autores concluem que ainda não se valorizam, de maneira explícita e sistemática, as disposições de Pensamento Crítico em sala de aula, apesar do aumento gradual, ao longo do tempo, dessas mesmas práticas educativas.

O artigo *Desafios da educação especial infantil em Angola*, de Teresa Patatas e Isabel Sanches, tem como objetivo conhecer a realidade da Educação Especial em Angola, mais especificamente em Namibe. Para levar a cabo este estudo, as autoras - que constataram a escassez de fontes - recorreram à pesquisa bibliográfica, à pesquisa e análise documentais e a uma entrevista semiestruturada à diretora pedagógica da Escola Especial do Namibe.

No artigo *A Formação do Professor de Matemática: Metodologia Sequência Fedathi (SF)*, Maria José dos Santos analisa as contribuições da metodologia Sequência Fedathi (SF) durante uma formação com professores que lecionam a disciplina de Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental (Brasil). Participaram na formação estudantes de graduação e pós-graduação, professores das redes de ensino municipal e estadual. Os participantes consideraram que a formação foi importante para o seu crescimento profissional e que a metodologia Sequência Fedathi (SF) lhes proporcionou pensar a prática a partir de um *aprender fazendo*, melhorando a *praxis educativa*.

Na secção Recensão, José Viegas Brás e Maria Neves Gonçalves analisam criticamente o livro de Maria João de Carvalho intitulado *A decisão na escola: um jogo de racionalidades*, publicado em 2017 pelas edições Whitebooks. É uma obra onde a autora aborda os vários modelos teóricos que enformam as organizações, nomeadamente o burocrático, o de ambiguidade, o político, o institucional e o cultural, tentando identificar o(s) tipo(s) de racionalidade(s) que cada um compreende. Pela riqueza teórica e hermenêutica que encerra, esta publicação é um contributo muito significativo para os cientistas sociais que centrem as suas investigações na abordagem da organização escolar.

No âmbito das suas obrigações editoriais, o número termina com a publicação de resumos/abstracts de dissertações e teses realizadas no Instituto da Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

*Lisboa, dezembro de 2017*

**António Teodoro, José V. Brás & Maria Neves Gonçalves**